



CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
1ª VARA DO TRABALHO DE MARÍLIA**

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2015, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Edital CR nº 01/2015, divulgado em 22/01/2015 no DEJT (Edição 1650/2015 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 183). Presentes a Juíza Titular da Vara do Trabalho, Dra. Monica Aiex, embora em férias, e a Juíza Substituta Dra. Maria Lucia Ribeiro Morando. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados dos sistemas processuais SAP1G e e-Gestão, apurou-se, no período de 01/01/2014 a 31/12/2014, o seguinte:

Equipe de Correição: Ayrton Rocha, Airton Sérgio Guastali, Maria de Lourdes Santos, Paulo de Oliveira e Soraya de Oliveira Vieira da Silva.

Jurisdição Atendida: GUAIMBE, LUTECIA, OCAUCU, VERA CRUZ, POMPEIA, OSCAR BRESSANE, ORIENTE, MARILIA

Lei de Criação: 6.563/78

Data de Instalação: 01/04/1981

Data de Instalação do PJE: 28/08/2013

1 - ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
MONICA AIEX	05/06/2006

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
22/01/2014 a 10/02/2014	LICENCA	SEM SUBSTITUTO
11/02/2014 a 03/03/2014	LICENCA	SEM SUBSTITUTO
12/03/2014 a 10/04/2014	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
14/04/2014 a 08/06/2014	LICENCA	SEM SUBSTITUTO
11/06/2014 a 14/08/2014	LICENCA	SEM SUBSTITUTO
16/06/2014 a 14/08/2014	LICENCA	SEM SUBSTITUTO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
---------------------	----------------------

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
18/08/2014 a 16/09/2014	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
09/09/2014 a 12/09/2014	SUSPENSAO DE FÉRIAS	SEM SUBSTITUTO
17/09/2014 a 19/10/2014	LICENCA	CAROLINA POPOFF FERREIRA
20/10/2014 a 02/11/2014	LICENCA	KARINA SUEMI KASHIMA
03/11/2014 a 19/12/2014	LICENCA	SEM SUBSTITUTO
07/01/2015 a 05/02/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
09/02/2015 a 11/02/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

2 - JUIZES AUXILIARES [01/01/2014 a 31/01/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
FLAVIO HENRIQUE GARCIA COELHO	12/03/2014 a 19/12/2014
FLAVIO HENRIQUE GARCIA COELHO	07/01/2015 a 11/02/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
14/05/2014 a 12/06/2014	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
17/09/2014 a 16/10/2014	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

NOME	PERÍODO
KARINA SUEMI KASHIMA	04/03/2014 a 11/03/2014
KARINA SUEMI KASHIMA	13/06/2014 a 15/06/2014
KARINA SUEMI KASHIMA	02/07/2014 a 15/07/2014
KARINA SUEMI KASHIMA	17/10/2014 a 19/10/2014

Afastamentos: Não houve



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

3 - QUADRO DE SERVIDORES [31/12/2014]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

3.1 - Lotação:

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANGELICA ANELLI AFONSO VIEIRA DA SILVA	AJA	FC-04 CALCULISTA	20/09/1994
CASSIA REGINA SILVA	TJA	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	27/01/2014
CLAUDINEI MORAES DOS SANTOS	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	29/10/1993
ELIANE DE FATIMA VALERIANO AMORIM	TJA	FC-02 ASSISTENTE	02/09/2013
ESPERANCA LOPES ZAPAROLLI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	13/05/1994
MARA CRISTINA AGOSTINHO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	24/04/2006
MARCOS ANTONIO RODRIGUES	TJA	-	17/03/2014
MARIA CRISTINA LIMA DE MORI	AJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	18/09/2006
SILVIO JOSE CINTRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	24/02/2014
SONIA KIYOKO GOTO MAZINI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/10/1999
WANDERCY APARECIDA VIGANO	AJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	09/02/2004
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			11
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			0
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			13-14

3.2 - Ausências, exceto férias [01/2014 a 12/2014]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	3
LICENÇA À GESTANTE	120
LICENÇA LUTO	12
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	190
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
TOTAL	385



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

3.3 - Estagiários [31/12/2014]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
-------------	-----------------------------	------------------------------

3.4 - Ações de capacitação [31/12/2014]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
FLAVIO HENRIQUE GARCIA COELHO	15
MONICA AIEX	15

SERVIDORES	HORAS
ANGELICA ANELLI AFONSO VIEIRA DA SILVA	90
CLAUDINEI MORAES DOS SANTOS	21
MARA CRISTINA AGOSTINHO	100
MARCOS ANTONIO RODRIGUES	15
MARIA CRISTINA LIMA DE MORI	90
SILVIO JOSE CINTRA	40



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [01/2014 a 12/2014]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	656
	Aguardando encerramento da instrução	498
	Aguardando prolação de sentença	69
	Aguardando cumprimento de acordo	396
	Solucionados pendentes de baixa na fase - Conhecimento	1.326
	Subtotal	2.792
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de liquidação	311
	Liquidados pendentes de baixa na fase - Liquidação	222
	Subtotal	533
EXECUÇÃO	Pendente de execução	462
	Encerrados pendentes de baixa na fase - Execução	58
	Subtotal	520
TOTAL		3.845

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [01/2014 a 12/2014]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	186	142	61
Exceções de Incompetência	20	14	10
Antecipações de Tutela	249	239	56
Impugnações à Sentença de Liquidação	20	26	27
Embargos à Execução	59	53	49
Embargos à Arrematação	0	4	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	6	4	3
TOTAIS	540	482	207

6 - RECURSOS [01/2014 a 12/2014]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	458	424	109
Recurso Adesivo	30	26	12
Agravo de petição	75	70	30
Agravo de Instrumento	6	7	6
TOTAIS	569	527	157



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

7 - PRAZOS MÉDIOS [01/2014 a 12/2014]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	Qtde	Dias
Do ajuizamento da ação até a realização da 1a. audiência Rito Sumaríssimo	567	111
Do ajuizamento da ação até a realização da 1a. audiência Exceto Rito Sumaríssimo	707	130
Total / Média	1.274	121
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Rito Sumaríssimo	659	150
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Exceto Rito Sumaríssimo	967	274
Total / Média	1.626	224
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Rito Sumaríssimo	622	148
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Exceto Rito Sumaríssimo	838	285
Total / Média	1.460	226

7.2 - Fase de liquidação:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	81	182
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	214	231
Total / Média	295	218

7.3 - Fase de execução:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da execução - ente privado	1.060	1.744
Do início ao encerramento da execução - ente público	58	1.222
Total / Média	1.118	1.717



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



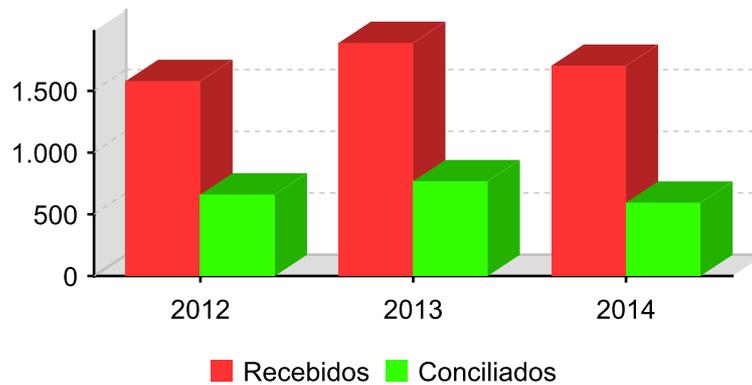
CORREGEDORIA REGIONAL

8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

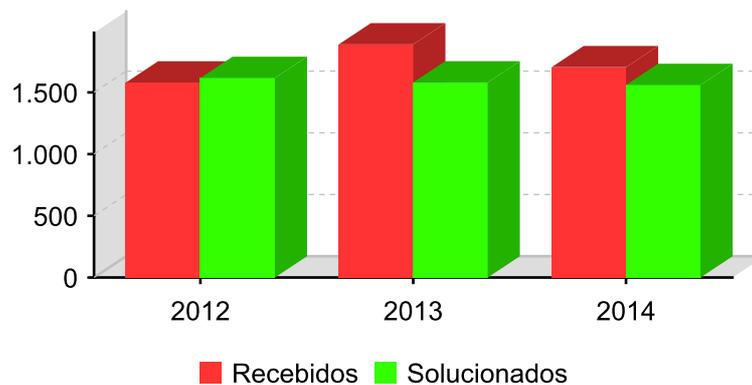
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2014]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2012	1.580	660	41,77
2013	1.889	768	40,66
2014	1.704	594	34,86



8.2 - Índice de soluções [até 12/2014]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2012	1.580	1.617	102,34
2013	1.889	1.581	83,70
2014	1.704	1.560	91,55





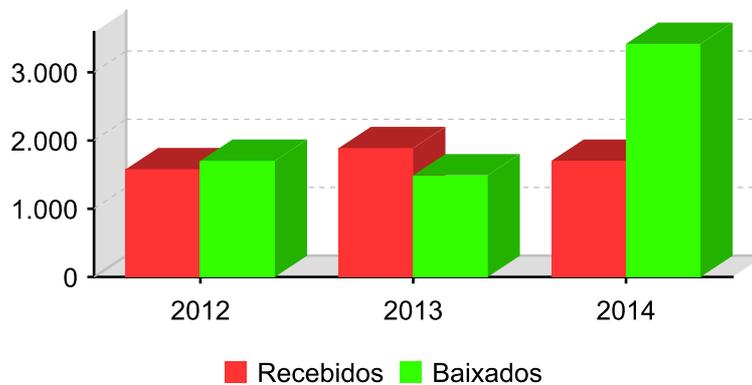
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

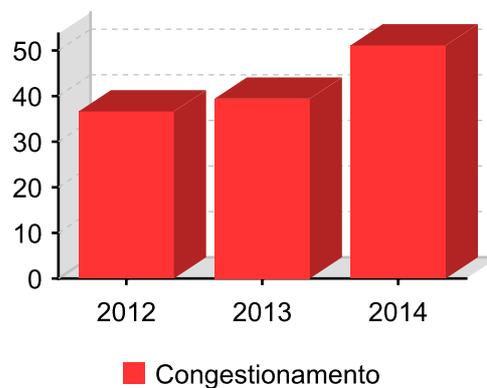
8.3 - Índice de baixas [até 12/2014]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2012	1.580	1.704	107,85
2013	1.889	1.490	78,88
2014	1.704	3.417	200,53



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2012	972	1.580	1.617	36,64
2013	721	1.889	1.581	39,43
2014	1.487	1.704	1.560	51,11





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

9 - METAS - CNJ E PLANO ESTRATÉGICO DO TRT15 [até 12/2014]:

(fonte: e-Gestão)

9.1 - Meta 1 do CNJ - 2015 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):

Dados do e-Gestão ainda não disponíveis.

9.2 - Meta 2 do CNJ - 2015 (identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2013):

Dados do e-Gestão ainda não disponíveis.

10 - ARRECADAÇÃO [01/2014 a 12/2014]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 80.232,73	R\$ 61.446,38	R\$ 100,48	R\$ 1.236.415,23



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



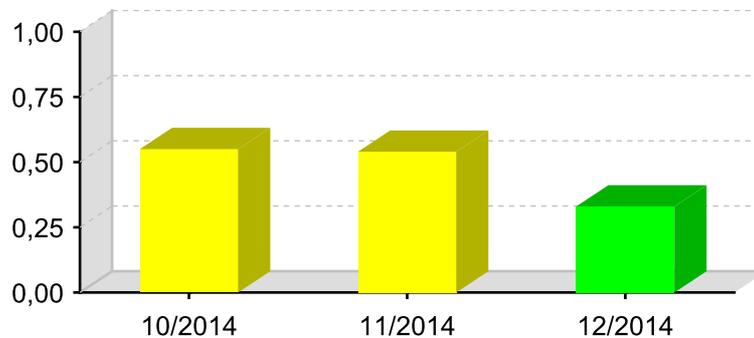
CORREGEDORIA REGIONAL

11 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

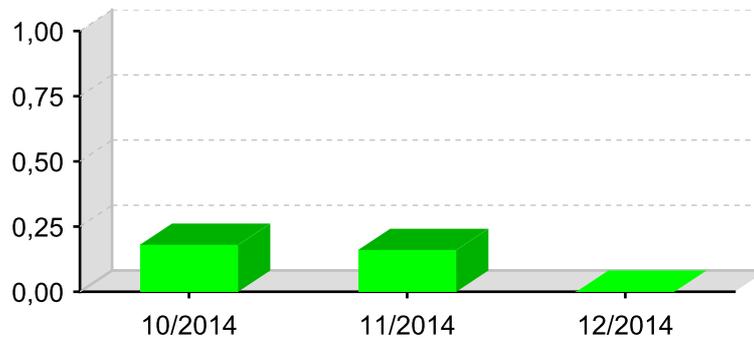
(fonte: e-Correição MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IG
10/2014	0,55	0,18	0,29
11/2014	0,54	0,16	0,28
12/2014	0,33	-0,09	0,19

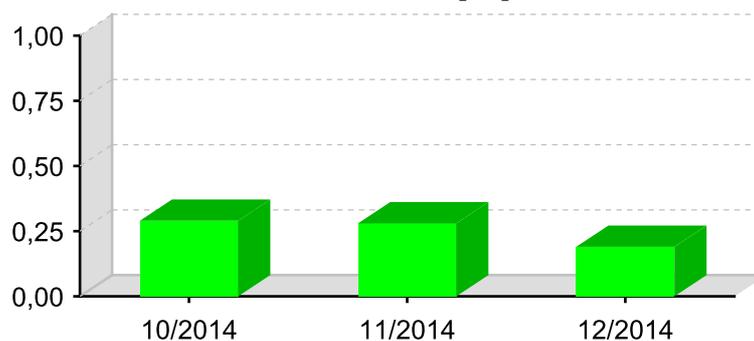
Taxa de Congestionamento no Conhecimento [TCC]

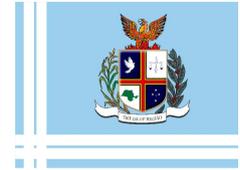


Taxa de Congestionamento na Execução [TCE]



Índice Geral [IG]





CORREGEDORIA REGIONAL

12 – ORGANIZAÇÃO DA PAUTA DE AUDIÊNCIAS (2015):

(fonte: Vara do Trabalho)

TIPO	DIAS DA SEMANA EM QUE HÁ SESSÕES	TURNO (Manhã/Tarde)	PRIMEIRA VAGA NA PAUTA	MÉDIA DIÁRIA
INICIAL	2ªf. a 5ªf.	manhã	26/05/2015	04
UNA SUMARÍSSIMO	2ªf. a 5ªf.	manhã	09/04/2015	05
UNA ORDINÁRIO	2ªf. a 5ªf.	manhã	26/05/2015	02
INSTRUÇÃO	2ªf. a 5ªf.	manhã	06/08/2015	02
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO	2ªf. a 5ªf.	manhã	06/04/2015	01

13 – PENDÊNCIAS:

(fonte: e-Gestão):

NATUREZA	POSIÇÃO	QUANTIDADE
BACENJUD	06/02/2015	41
BNDT	06/02/2015	123

13.1. - Determinações da Correição Anterior:

Cumpridas integralmente consoante certidão expedida no dia 11/04/2014, pela Secretaria da Corregedoria.

14 – CONSTATAÇÃO DE DADOS DO “SAP1G”:

Constatou-se nessa correição, posição de 24/01/2015:

14.1 – Há 190 processos (posição em 20/02/2015) com prazos vencidos sem certificação (o mais antigo vencido em 29/05/2013 - processo nº 105-79.2013);

14.2 – Há registro de 608 petições (posição em 20/02/2015) sem ciência, sendo a data mais antiga o dia 28/11/2011 – processo nº 143100-09.1999;

14.3 – Há 21 processos na ocorrência **ROJ** – remetido ao Oficial de Justiça, sendo a data mais antiga o dia 25/11/2014 – processo nº 171200-90.2007;



CORREGEDORIA REGIONAL

14.4 – Há 10 processos na ocorrência **ROS** – remetido do Oficial à Secretaria, sendo a data mais antiga o dia 08/10/2014 – processo nº 405-75.2012;

14.5 – Há 201 processos na ocorrência **DES** – despacho, sendo o prazo mais antigo datado de 27/03/2014, processo nº 1082-76.2010-;

14.6 – Há 11 processos na ocorrência **RCT** – remetido à Contadoria, tendo como prazo mais antigo o dia 13/01/2015 - processo nº 96100-66.2006;

14.7 – Há 41 processos na ocorrência **DCA** – Devolução de carga, tendo como prazo mais antigo o dia 25/01/2013, processo n.º 105-79.2013.

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 18 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nos autos analisados, verificou-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos (processo nº 138-69-2013). Orienta-se que proceda referido pronunciamento, com fulcro no inciso I do art. 18 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho;

15.2 – registra no sistema SAPIG os atos processuais relevantes;

15.3 – faz uso das ferramentas eletrônicas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e demais convênios;

15.4 – procede, quando cabível, à liberação do depósito recursal por ocasião da sentença de liquidação (processo nº 392-76-2012);

15.5 – não determina a citação dos sócios quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada (processo nº). Orienta-se que proceda à referida citação, com fulcro na alínea “g” do inciso V do art. 18 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados, pauta de audiências e principais prazos) encontram-se registrados nos itens 1, 2, 7 e 12.

16 – RECOMENDAÇÕES:

16.1 – promover o controle direto na tramitação dos processos das metas do CNJ e do



CORREGEDORIA REGIONAL

Plano Estratégico do TRT;

16.2 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012 e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011;

16.3 – dar prioridade na utilização do malote digital, correio eletrônico, canal DIRETOR e o mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone para fins de redução dos gastos com telefonia e papel;

16.4 – dar exclusividade na utilização do Sistema JURISCAL, conforme Comunicado CR nº 014/2014;

16.5 – observar a Recomendação GP-SS nº 01/2014, a qual trata de pausas após períodos contínuos de trabalho que exijam movimentos repetitivos e esforço visual;

16.6 – observar a Recomendação GP-CR nº 05/2014, que trata da padronização do fluxo de processos de trabalho dos oficiais de justiça na execução;

16.7 – observar a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, especialmente com relação à inclusão de todos os servidores no trabalho com o PJ-e e tramitação com efetividade;

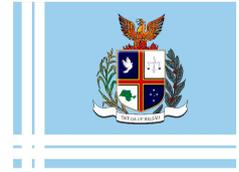
16.8 – observar o Provimento GP-CR nº 07/2014, que instituiu a Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas – CEAT – no âmbito da 15ª Região, a qual deve ser solicitada e emitida exclusivamente no sítio eletrônico do Tribunal;

16.9 – observar o Provimento GP-VPJ-CR nº 05/2012, com as alterações promovidas pelo Provimento GP-VPJ-CR nº 01/2014, especialmente quanto aos documentos a serem anexados no CLE, uma vez que o processo físico permanecerá arquivado na Vara;

16.10 - Observar os Comunicados GP-CR n.ºs 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas, que repercutam em considerável parcela de jurisdicionados e versem sobre trabalho infantil e escravo, respectivamente.

16.11 – diante da crise hídrica que assola o país, recomenda-se que a Vara intensifique a prática de atos de economia no consumo de água e energia elétrica em suas dependências.

17 – DETERMINAÇÕES:



CORREGEDORIA REGIONAL

17.1 – Aos Juízes (Titular, Substituto e Auxiliares) que:

17.1.1 – na qualidade de Corregedores Permanentes da Vara do Trabalho, acompanhem o movimento diário dos serviços da Unidade Judiciária por meio de relatórios extraídos dos Sistemas SAPI.G e e-Gestão, com vistas à efetividade da prestação jurisdicional com otimização das rotinas de trabalhos;

17.1.2 – priorizem a redução dos prazos médios nos Ritos Sumaríssimo e Ordinário, estabelecendo como meta o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a apreciação dos processos pertencentes ao primeiro Rito, conforme determina o inciso III do art. 852-B, da CLT;

17.1.3 – desenvolvam, na hipótese de designação de auxílio fixo, trabalho que importe acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando e não dividindo entre si as funções judicantes, principalmente na fase de execução;

17.1.4 - apenas efetivem a ordem de inclusão da parte executada no BNDT após a realização de pesquisa junto ao Sistema BACENJUD, conforme estabelecido no § 1º-A do art. 1º da Resolução Administrativa nº 1470/2011 do TST.

17.2 – Ao Diretor de Secretaria que:

17.2.1 – adote providências quanto à devolução de todas as cargas vencidas. Data da carga mais antiga: 25/01/2013;

17.2.2 – observe com rigor o integral cumprimento das Portarias GP-CR nº 07/2013 e 03/2014, que regulamentam os setores destinados no SAPI.G;

17.2.3 – promova a gestão dos processos físicos e eletrônicos, saneando as inconsistências e planejando a redução do acervo de processos físicos;

17.2.4 – cumpra sempre os despachos em única etapa, promovendo a efetividade do ato processual;

17.2.5 - tome providências com relação aos processos tramitados com a ocorrência DCA, uma vez que se trata de ocorrência meramente informativa e a Corregedoria já emitiu orientação a respeito. O processo deverá ser levado à conclusão ou tramitado com a ocorrência anterior;

17.2.6 – dê andamento aos feitos abaixo listados, com as providências a seguir relacionadas:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

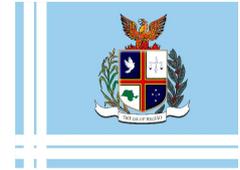


CORREGEDORIA REGIONAL

PROCESSOS	PROVIDÊNCIAS
0001317-38.2013.5.15.0033	Processo no prazo para contrarrazões vencido em 15/02/2015, foi protocolada petição de Embargos Declaratórios em 15/09/2014 não lançada no cadastro de incidentes processuais, permanecendo o feito na variável 117 do e-Gestão, processo com embargos de declaração pendentes. Em consulta ao SAP1G (12/02/2015) verificou-se a existência de outros 35 processos em situação análoga. Determina-se o saneamento, observando que há movimento 51 em aberto gerado em 24/10/2014.
0023200-47.1990.5.15.0033	Processo na ocorrência DPS – desapensado- sem solução definitiva, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 60, descrição 2.2.1 – processos aguardando a primeira sessão de audiência. Orienta-se que seja regularizada a tramitação. Em consulta ao SAP1G (12/02/2015) verificou-se a existência de outros 13 processos em situação análoga
0000448-75.2013.5.15.0033	Processo aguardando vencimento de prazo para cumprimento de acordo em 30/06/2015, sem o lançamento da ocorrência HMA – homologação de acordo, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 60, descrição 2.2.1 – processos aguardando a primeira sessão de audiência. Determina-se a regularização
0000619-66.2012.5.15.0033	Processo no prazo para cumprimento de novação de acordo a vencer em 23/05/2015. Entretanto sem o lançamento das ocorrências HMA – homologação de acordo - quando do acordo homologado em fase de conhecimento ou da ocorrência EXE- iniciada a execução - quando do descumprimento do acordo, permanecendo aberta a instrução processual (variável 61) do e-Gestão. Determina-se a imediata regularização.
0001800-40.1991.5.15.0033	Processo apensado ao 0001900-92.1991.5.15.0033, o qual já se encontra remetido ao arquivo definitivo desde 21/06/1995. Processo encontra-se na variável 342 do e-Gestão (processos pendentes de finalização – fase de conhecimento). Determina-se a regularização, eis que o apensamento ocorreu em 28/08/2012 (após o arquivo dos autos principais). Em consulta ao SAP1G (12/02/2015) verificou-se a existência de 5 outros processos em situação análoga.
0125500-23.2009.5.15.0033	Processo na ocorrência DCA – devolução de carga – em trâmite na fase de execução. Entretanto não foram lançadas as ocorrências de primeiro nível TRA – trânsito em julgado, LIQ – iniciada a liquidação, HOM – homologação de cálculos e EXE – iniciada a execução, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 342, descrição 2.5.2.1 - processos pendentes de finalização – fase de conhecimento. Determina-se a regularização
0000399-68.2012.5.15.0033	Processo na ocorrência RCT em trâmite na fase de liquidação. Entretanto não lançada a ocorrência LIQ – iniciada a liquidação, após o trânsito em julgado permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 342, descrição 2.5.2.1 - processos pendentes de finalização – fase de conhecimento. Determina-se a regularização
0001272-68.2012.5.15.0033	Processo arquivado. Entretanto foi lançado o movimento DSA – Desarquivados os autos por erro de arquivamento em 06/05/2014, sem o lançamento posterior da ocorrência ARQ – arquivado, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 342, descrição 2.5.2.1 - processos pendentes de finalização – fase de conhecimento. Em consulta ao SAP1G (12/02/2015) verificou-se que o processo 0000320-55.2013.5.15.0033 se encontra em situação análoga. Determina-se a regularização
0129200-51.2002.5.15.0033	Processo na ocorrência RMT – remetido ao TRT para julgamento de recurso. Entretanto não há petição de recurso cadastrada no sistema e o desarquivamento de 08/06/2014 fez o feito permanecer relacionado no e-Gestão, variável 342, descrição 2.5.2.1 - processos pendentes de finalização



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

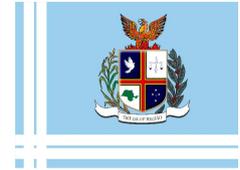


CORREGEDORIA REGIONAL

	– fase de conhecimento. Determina-se a regularização com o lançamento das ocorrências ARQ – arquivado e RMA -remetido ao arquivo.
0093300-70.2003.5.15.0033	Processo na ocorrência RMT – remetido ao trt para julgamento de recurso. Entretanto o processo tramita na fase de execução, sem o lançamento das ocorrências pertinentes, TRA – trânsito em julgado, LIQ – iniciada a liquidação e EXE – iniciada a execução, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 342, descrição 2.5.2.1 - processos pendentes de finalização – fase de conhecimento. Determina-se a regularização.
0046500-13.2005.5.15.0033	Processo na ocorrência RCJ – recebido pela JCJ (após envio ao TRT ou JCJ) desde 26/04/2006, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 342, descrição 2.5.2.1 - processos pendentes de finalização – fase de conhecimento. Determina-se que seja verificado se de fato o processo se encontra na Vara e que seja dado prosseguimento ou que seja regularizada a ocorrência caso o processo tenha sido remetido a outro órgão.
0017300-19.2009.5.15.0033	Processo na ocorrência ARQ e RMA. Entretanto foi verificado que na data de lançamento da ocorrência foi gerado apenas o movimento do e-Gestão 886 – arquivo em guarda intermediária, permanecendo o feito relacionado no e-gestão, variável 353, descrição 4.5.2.1 - processos pendentes de finalização – fase de execução. Determina-se a regularização devendo ser lançada a ocorrência DSA – desarquivado, devendo após ser lançada a ocorrência ARQ e verificado se registrado na aba o movimento 246 – arquivados os autos definitivamente.
585-57.2013	Processo na ocorrência BDT desde 29/11/2014. Determina-se a conclusão para prosseguimento.
0162900-67.1992.5.15.0033 1653-76.2012	Processos com execução encerrada lançada. Entretanto após o lançamento da ocorrência EEN- extinta a execução, não foi lançada a ocorrência ARQ – arquivado. Determina-se a regularização. (vide Comunicado GP-CR 08/2014).
0000385-21.2011.5.15.0033	Processo na ocorrência RMT – remessa ao TRT para processar recurso, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 117, descrição 5.1.5– embargos de declaração pendentes. Verificou-se que foi protocolada petição de embargos declaratórios em 11/10/2013 que não foi lançada no cadastro de incidentes processuais. Determina-se a regularização, observando que a contagem de 15 a 21/02/2015 aponta a existência de outros 25 embargos de declaração pendentes.
0001396-17.2013.5.15.0033	Processo na ocorrência RMJ – remessa a outro órgão desde 06/05/2014, com petições de exceção de incompetência protocoladas em 12/11/2013 e 25/11/2013. Entretanto, não houve o lançamento no cadastro dos incidentes processuais, permanecendo o feito relacionado no e-Gestão, variável 124 descrição 5.2.5 – exceções de incompetência pendentes. Determina-se a regularização.
124700-97.2006	Processo na variável 144 do e-gestão – impugnações à sentença de liquidação pendentes, em razão da ausência de registro de solução para a petição juntada em 20/05/2009. Determina-se a regularização, observando que a contagem de 15 a 21/02/2015 aponta a existência de outras 24 impugnações pendentes.
743-83.2011	Processo na variável 168 do e-gestão – exceção de pré-executividade pendentes, em razão da ausência de registro de solução para a petição juntada em 17/12/2013. Determina-se a regularização.
76-29.2013 CartPrec	Processo na variável 156 – embargos á arrematação pendentes em razão da ausência de registro de solução para a petição juntada em 17/12/2013. Determina-se a regularização.
0001152-88.2013.5.15.0033	Processo na ocorrência AGA- aguardando audiência de conciliação em execução. Entretanto, o processo permanece relacionado no e-Gestão,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

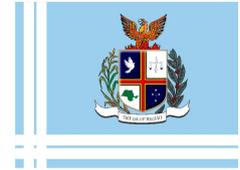


CORREGEDORIA REGIONAL

	variável 131, descrição 5.3.5 – antecipação de tutela pendentes, em razão da ausência de registro de solução para a petição juntada em 13/08/2013. Determina-se a regularização, observando que a contagem de 15 a 21/02/2015 aponta a existência de outras 4 antecipações pendentes.
0011600-96.2008.5.15.0033	Processo na ocorrência APS – apensado ao processo nº 0000502-46.2010.5.15.0033 que se encontra arquivado. Entretanto, o apensamento foi lançado em 02/06/2014 enquanto o arquivamento do processo principal se deu em 15/04/2014, permanecendo o processo relacionado no e-Gestão, variável 150, descrição 5.6.5 – embargos a execução pendentes. Determina-se a regularização com o desapensamento e desarquivamento do processo principal. Determina-se, ainda, o lançamento da solução no cadastro de incidentes processuais referente a petição de nº 16.449/2012 uma vez que registrada a solução apenas quanto ao incidente protocolado sob o nº 16.473/2012, observando que a contagem de 15 a 21/02/2015 aponta a existência de outros 42 embargos à execução pendentes.
0000105-79.2013.5.15.0033	Na ocorrência DCA (devolução de carga) desde 29/05/2013. Em consulta ao SAPIG (13/02/2015) verificou-se a existência de outros 34 processos na mesma situação. A Corregedoria já emitiu orientação no sentido de que os feitos não fossem mantidos nessa ocorrência, pois impossibilita a gestão dos processos. Determina-se à Secretaria que, após a devolução dos autos, seja lançada no sistema a real situação do processo, assim como seja dado prosseguimento ao feito com a tomada das providências cabíveis, inclusive em casos com situação análoga.
166200-46.2006	Processo na ocorrência RMA desde 07/12/2011. Entretanto, encontra-se pendente finalização da fase de execução. Determina-se a conclusão para prosseguimento.
119500-90.1998	Processo na ocorrência DES -despacho desde 31/10/2014. Determina-se o cumprimento do despacho.
405-75.2012	Processo na ocorrência ROS desde 08/10/2014. Determina-se a conclusão para prosseguimento.
31600-83.2009	Apensado ao processo 24900/2009, o qual foi remetido para Garça. Pendente de finalização da fase de execução – variável -35302 do e-gestão. Determina-se o saneamento, observando que há outros 7 processos em situação análoga .
632-36.2010	Na ocorrência ROJ desde 04/12/2014. Determina-se que a Secretaria mantenha controle das diligências entregues à Central de Mandados, levando ao conhecimento do Juízo eventuais excessos de prazo no cumprimento das ordens judiciais.
1077-83.2012	Processo na ocorrência LNS desde 03/12/2014. Determina-se a conclusão para prosseguimento.
46600-65.2005 46700-20.2005 46900-27.2005	Processos na variável 342 – do e-gestão – pendente de finalização da fase de conhecimento. Determina-se a verificação da situação dos autos em segundo grau.
105-79.2013	Prazo vencido desde 29/05/2013. Determina-se a conclusão para prosseguimento.
675-65.2013	Determina-se o cumprimento do despacho, eis que na ocorrência DES desde 31/10/2014.
0001082-76.2010.5.15.0033	Processo na ocorrência “DES” - despacho, desde 27/03/2014. Em consulta ao SAPIG (13/02/2015), constatou-se que há outros 225 processos já despachados, aguardando cumprimento. Determina-se que seja dado cumprimento neste e nos demais processos que se encontram na ocorrência “DES”. Determina-se, ainda, que os despachos sejam cumpridos com brevidade, uma vez que a demora e o fracionamento de tarefas comprometem a efetividade das determinações judiciais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

0011824-24.2014.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado no agrupador “processos com pedido de sigredo de justiça não apreciado” desde 15/12/2014. Determina-se o prosseguimento. Verificou-se a existência de outros 2 processos na mesma situação.
0011257-90.2014.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado no agrupador “processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado” desde 28/08/2014. Determina-se o prosseguimento. Verificou-se a existência de outros 4 processos na mesma situação.
0010645-89.2013.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado no agrupador “processos com petições avulsas” desde 24/09/2014. Determina-se o prosseguimento. Verificou-se a existência de outros 112 processos na mesma situação.
0011134-92.2014.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado no agrupador “processos com pedido de liminar ou de antecipação de tutela não apreciado” desde 07/08/2014. Determina-se o prosseguimento. Verificou-se a existência de outros 61 processos na mesma situação.
0010922-71.2014.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado no agrupador “processos com petições não apreciadas” desde 18/11/2014. Determina-se o prosseguimento. Verificou-se a existência de outros 273 processos na mesma situação.
0010014-48.2013.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado no agrupador “mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça” desde 30/08/2013. Determina-se o prosseguimento. Verificou-se a existência de outros 11 processos na mesma situação.
0010748-62.2014.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “aguardando ciência” desde 11/12/2014. Determina-se o prosseguimento. Verificou-se a existência de outros 56 processos na mesma situação.
0010440-60.2013.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “aguardando ciência - liq” desde 24/10/2014. Determina-se o prosseguimento. Verificou-se a existência de outros 40 processos na mesma situação.
0010466-24.2014.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “análise de execução” desde 12/11/2014. Há despacho determinando a devolução da carta precatória proferido em 12/11/2014 ainda não cumprido. Determina-se o prosseguimento.
0010130-20.2014.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “análise de liquidação” desde 21/11/2014. Determina-se o prosseguimento e que seja observado o aviso de tramitação prioritária.
0011477-88.2014.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “concluso ao magistrado” desde 15/10/2014. Verificou-se a existência de outros 13 processos na mesma situação. Determina-se que a Secretária observe para que nenhum processo permaneça na referida tarefa tendo em vista que enquanto não for selecionado o Magistrado que receberá a conclusão o processo não terá o movimento 51 iniciado. Determina-se a regularização e que seja observada a Portaria CR Nº 11/2014.
0010658-88.2013.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que

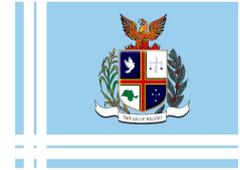


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>o processo se encontra paralisado na caixa “concluso ao magistrado - exec” desde 26/11/2014. Verificou-se a existência de outros 2 processos na mesma situação. Determina-se que a Secretária observe para que nenhum processo permaneça na referida tarefa tendo em vista que enquanto não for selecionado o Magistrado que receberá a conclusão o processo não terá o movimento 51 iniciado. Determina-se a regularização e que seja observada a Portaria CR Nº 11/2014.</p>
0010232-42.2014.5.15.0033	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “concluso ao magistrado - liq” desde 08/10/2014. Verificou-se a existência de outros 3 processos na mesma situação. Determina-se que a Secretária observe para que nenhum processo permaneça na referida tarefa tendo em vista que enquanto não for selecionado o Magistrado que receberá a conclusão o processo não terá o movimento 51 iniciado. Determina-se a regularização e que seja observada a Portaria CR Nº 11/2014.</p>
0010152-15.2013.5.15.0033	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “controle manual – prazos pós-sentença” desde 31/03/2014. Determina-se o prosseguimento.</p>
0011659-74.2014.5.15.0033	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “iniciar execução” desde 17/11/2014. Verificou-se a existência de outros 13 processos na mesma situação. Determina-se que a Secretária observe para que nenhum processo permaneça na referida tarefa uma vez que até que se inicie a execução o processo ficará pendente de finalização da fase de liquidação.</p>
0011552-30.2014.5.15.0033	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “iniciar liquidação” desde 24/10/2014. Verificou-se a existência de outros 4 processos na mesma situação. Determina-se que a Secretária observe para que nenhum processo permaneça na referida tarefa uma vez que até que se inicie a liquidação o processo ficará pendente de finalização da fase de conhecimento, comprometendo a taxa de congestionamento.</p>
0010263-62.2014.5.15.0033	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “operações da audiência” desde 14/04/2014. Determina-se o prosseguimento.</p>
0010255-22.2013.5.15.0033	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “prazos vencidos” desde 21/10/2014. Verificou-se a existência de outros 55 processos na mesma situação. Determina-se o prosseguimento.</p>
0010010-74.2014.5.15.0033	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “preparar comunicação” desde 07/10/2014. Verificou-se a existência de outros 405 processos na mesma situação. Determina-se que a Secretária observe para que nenhum processo permaneça na referida tarefa uma vez que o fracionamento de tarefas compromete a efetividade das determinações judiciais.</p>
0010176-09.2014.5.15.0033	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “produzir expediente de secretaria” desde 21/11/2014. Determina-se o prosseguimento.</p>
0010139-79.2014.5.15.0033	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “redistribuição” desde 28/07/2014. Determina-se o prosseguimento.</p>
0010386-94.2013.5.15.0033	<p>Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “remeter ao 2º grau” desde 16/09/2014. Verificou-se a existência de outros 30 processos na mesma situação. Determina-se o prosseguimento.</p>



CORREGEDORIA REGIONAL

0010024-24.2015.5.15.0033	Em consulta ao PJe1G realizada em 13/02/2015, às 13h, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa “triagem inicial” desde 13/01/2015. Verificou-se a existência de outros 59 processos na mesma situação. Determina-se o prosseguimento e o agendamento da audiência respeitando os prazos do PJe.
0010239-58.2013.5.15.0033	Processo constando Embargos de Declaração pendente de julgamento com movimento 51 em aberto de 28/11/2013. Determina-se o saneamento observando que a solução adequada aos Embargos de Declaração é mediante “sentença de ED”. Verifica-se outros 02 (dois) processos na mesma situação: 0010313-15.2013.5.15.0033, 0010229-14.2013.5.15.0033.

18 – ATENDIMENTOS:

O Desembargador Vice-Corregedor concedeu entrevista aos repórteres Wagner Aith e Edio Junior do Jornal da Manhã.

Não houve atendimento a advogados.

19 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

19.1 – Foi informado pela Juíza Titular que:

19.1.1 – reside na Jurisdição da Unidade.

19.2 – Foi informado pelo Juiz Auxiliar que:

19.2.1 – tem autorização para residir fora da Circunscrição da sede da Unidade, processo nº 0098500-12.2008.5.15.0897.

19.3 – Foi informado pelo Diretor de Secretaria que:

19.3.1 – o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foi expedido ofício à OAB local;

19.3.2 – os livros de ponto de servidores, de carga de advogados e peritos, de carga para Juízes, de carga para extração de cópias, de posse e exercício de servidores, assim como os relatórios de Oficiais de Justiça estão de acordo com as normas deste Regional.

19.4 – tendo em vista que de acordo com a Resolução nº 63 do CSJT, a unidade encontra-se com menos 2-3 servidores, oficie-se à D. Presidência para as providências que



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**



CORREGEDORIA REGIONAL

entender cabíveis.

20 – ENCERRAMENTO:

Nesta data, às 18h30, encerraram-se os trabalhos, e eu, _____ Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, será assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional e pela MMª. Juíza Titular da Vara do Trabalho.

**MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA
DESEMBARGADOR VICE-CORREGEDOR REGIONAL**

**MARIA LUCIA RIBEIRO MORANDO
JUÍZA SUBSTITUTA DE VARA DO TRABALHO**